

RELAÇÕES AUTOR-EDITOR: COMO TRABALHAR JUNTOS PELA QUALIDADE DO TEXTO ACADÊMICO

José Castilho Marques Neto¹

Director y presidente de la Fundación Editorial UNESP

*Presidente de la Asociación de Editoriales Universitarias de Américas Latina y el Caribe
(EULAC)*

1. Qual a questão principal autor/editor a ser considerada hoje?

Podéria abordar esse tema por vários ângulos, inclusive os mais técnicos, incluindo aqui as novas *medias*, absolutamente necessários ao nosso cotidiano como editores universitários. Fazem parte do nosso trabalho administrar as relações do criador do texto científico ou literário com a máquina editorial que fará daquele autor um ser autoral para a sociedade. Isto envolve legislação, direitos, deveres, principalmente num universo que está em transformação constante dos *copy rights*, com a introdução de novos modelos como o *copy left* e outras formas de controle dos direitos autorais que buscam garantir mais democraticamente a acessibilidade do público leitor aos bens escritos e culturais. É intensa e viva essa polêmica dos nossos dias, mas procurarei abordar nesta exposição algo que considero fundamental para o nosso fazer enquanto editores acadêmicos, até porque vai além das nossas editoras, alcançando as instituições universitárias para as quais nós trabalhamos também com professores.

1. Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), é docente na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Araraquara (SP). Diretor Presidente da Fundação Editora da UNESP, é Presidente da Asociación de Editoriales Universitárias de América Latina y el Caribe – EULAC, com sede em San José , Costa Rica. E-mail: Castilho@editora.unesp.br

Gostaria de trazer à reflexão deste Congresso alguns pontos que já estamos enfrentando no Brasil, mas que é um fator importante em universidades de destaque nos países desenvolvidos, conforme a literatura que tivemos acesso.

A Universidade, de maneira geral e em todas as partes do mundo ocidental, vivencia há alguns anos os desafios de um modelo de avaliação de seus docentes e pesquisadores que, aparentemente, dá conta da qualidade de seus trabalhadores intelectuais e dos produtos acadêmicos que são produzidos por eles. Por razões diversas, principalmente por pressões sociais de toda ordem, mas também vagamente inspirado numa “racionalidade científica”, vivemos o mundo perverso do “*publish or perish*”. Neste mundo, a quantidade de trabalhos publicados por um professor se torna mais importante do que a qualidade do que se publica. Cálculos aritméticos se colocam acima do debate crítico entre os pares, e a exigência de publicar, mesmo que não tenhamos chegado a resultados academicamente interessantes, se põe acima do próprio valor do livro enquanto objeto que pode transformar, influir para que o novo apareça e renove a vida.

Este insólito ambiente de trabalho intelectual cria, entre outras inúmeras **formas de pressão entre os pares, uma especialmente tensionada entre o autor/professor e o editor universitário/professor**. A situação entre os pares já avançou a tal ponto que a Editora da Universidade e seus dirigentes muitas vezes são considerados responsáveis para determinar, ou ao menos ser parte ativa e fundamental, para “classificar” os colegas como produtivos ou improdutivos. **Esta questão é hoje a principal dificuldade na relação autor/editora acadêmica. De parceiros do autor na construção do bom texto, passamos a ser o obstáculo ou o facilitador de sua ascensão profissional.**

Um dos argumentos que despontam neste debate vem do professor de letras e editor de Humanidades da Harvard University Press, Dr. Lindsay Waters. Em seu livro “*Inimigos da Esperança – publicar, perecer e o eclipse da erudição*” (*Enemies of promise: publishing, perishing and the eclipse of scholarship*)², ao examinar principalmente o quadro das Humanidades, ele argumenta que em pouco tempo as editoras responsáveis pela disseminação do texto científico e acadêmico publicarão cada vez menos livros e o sistema de publicações que conhecemos hoje está em vias de desaparecer. O argumento, aparentemente sem esperanças, mira o grande problema que o sistema de *publish or perish* implica: a contradição gerada no sistema editorial universitário por uma imensa volume de textos desejosos por publicação, com seus respectivos autores igualmente ávidos para manterem seus empregos ou galgarem postos superiores na universidade.

2. Tradução para o Brasil - São Paulo: Editora UNESP, 2007.

Segundo Waters essa situação de “abundância de oferta” trás três grandes conseqüências igualmente temerárias: 1) obriga as editoras acadêmicas a publicarem textos que não tem mercado suficiente de leitores, onerando além da medida a sustentação financeira dessas casas editoriais; 2) a imensa quantidade de títulos que as editoras se vêem obrigadas a publicar impede objetivamente a seleção de qualidade, comprometendo catálogos construídos com o rigor científico que se requer uma editora universitária; 3) publicar em massa e de maneira indiscriminada provoca a falência do sistema de informações científicas e acadêmicas.

Embora as argumentações para afirmar ou para recusar a reflexão provocativa de Waters sejam muito diversas e interessantes, como a hipótese da preponderância do setor administrativo sobre o acadêmico nas universidades, para efeito desta apresentação, fiquemos apenas nos dois primeiros pontos citados por ele.

A sustentabilidade econômica das editoras universitárias sem fins de lucro é hoje um dos fatores preponderantes que podem definir a permanência ou o fechamento das casas editoriais das universidades brasileiras e latino-americanas. Creio que esta situação é a mesma em muitos países. Dados evidentes do declínio econômico das editoras acadêmicas podem ser constatadas no próprio Waters, quando cita que nos últimos 30 anos a base de vendas médias de um livro de humanidades era de 1.250 exemplares contra os 275 de hoje. Outra informação interessante vem da palestra no I Foro de Guadalajara, México, em que Peter Givler, da Associação Estadunidense de Editoras Universitárias – AAUP -, nos informou que as editoras acadêmicas norte-americanas produzem 10% do total de livros publicados em los Estados Unidos, mas as vendas somadas em US\$ 450 milhões representam “alrededor de 1.7% del total recaudado em dicho país por venta”.

“O custo de errar não é um conceito especificado nos balanços contábeis, mas uma realidade básica no mundo do livro e instituições.” Assim de maneira direta, o brilhante crítico mexicano Gabriel Zaid, nos apresenta o mundo real aonde a questão financeira sempre vem acompanhada do ponto seguinte citado por Waters – a obrigação de publicar mais quantidade cria obstáculos à avaliação com qualidade. Para delimitar a crítica de Waters vamos cita-lo: *“Não estou dizendo que não haja boas publicações – isso está muito longe de ser o caso -, mas o que as boas publicações tem de bom se perde em meio a tantas produções que são apenas competentes e há muitas mais que não são nem isso.”*

A experiência que acumulei em 20 anos de edição universitária no Brasil e na observação de outros países, é que existe nos dias de hoje uma enorme pressão para que publiquemos em quantidade, que tenhamos índices de venda e rentabilidade comparativos com as editoras construídas com a finalidade de ter

lucros, que tenhamos o igual poder de sedução dos *best-sellers*, com a presença de nossos títulos acadêmicos distribuídos em todas as livrarias e supermercados do país. Independente de quais sejam as causas, aquelas apontadas por Waters ou não, os números e as quantidades estão sendo exigidos em detrimento da qualidade – produzir na universidade está se transformando em produzir muito. E isto afeta diretamente nossa relação com os nossos autores. Nos tornamos os carrascos ou os salvadores de muitos profissionais acadêmicos, como se este fosse um trabalho da editora da universidade.

A qualificação que algumas agências de fomento a pesquisa no Brasil estavam considerando para definir a classificação maior ou menor da qualidade de um livro publicado, era medir o potencial da Editora que publicava aquele livro: atribuía uma pontuação maior ao autor que tivesse seu livro distribuído por todo o território nacional. Quanto mais distribuído em pontos de venda, mais pontos a editora que publicara o livro teria na cotação das agências, prestigiando, obviamente, o autor/pesquisador.

Insatisfeitos com este tipo de avaliação, eu e muitos outros colegas argumentamos que estes critérios, claramente marcados pelo viés empresarial de “melhor distribuição em pontos de venda”, eram importantes para uma editora com fins de lucro e não poderia ser utilizado como medida para dar qualidade a um texto acadêmico e a seu autor. Após vários debates e artigos publicados sobre o tema, defendo que se quisermos avançar e repactuar a relação da editora universitária com os autores, devemos reafirmar a absoluta necessidade de **defender unicamente a qualidade do conteúdo** dos livros editados pelas editoras universitárias. Entendo que repactuar a relação dos editores com os autores e defender a qualidade passa também por compreender em que contexto nós trabalhamos enquanto editores, seja do ponto de vista **político-institucional**, seja do ponto de vista das **novas possibilidades tecnológicas** que se abrem para o mundo das editoras.

2. Algumas breves considerações sobre o tema e um caminho possível

A “aceleração contemporânea”, conceito elaborado pelo Professor e geógrafo brasileiro Milton Santos ao descrever o ritmo acelerado e contínuo das grandes mudanças do mundo contemporâneo, impõe-nos constantes desafios, proporcionais às grandes e significativas transformações pelas quais passa a humanidade.

A consolidação de um sistema-mundo, a incorporação de sociedades e territórios jamais vista na história do homem só se tornaram possíveis, todavia, pelos avanços tecnológicos que unificaram sistemas técnicos até aqui dispersos ou

criaram novos sistemas inovadores. Em grande escala e com outra dimensão e abrangência, a revolução provocada pelo aparecimento do livro da era Gutenberg, marcada pela agilização do processo de circulação do formato códice, e que transformou a circulação do conhecimento e a apropriação de culturas durante os últimos quinhentos anos, hoje parece tímida perante os desafios da “textualidade eletrônica”, na terminologia de Roger Chartier ao referir-se à revolução da informática aplicada aos textos e livros.

A combinação dos avanços na área da informática com conhecimentos, infraestruturas e equipamentos produzidos no campo das telecomunicações (com destaque para a utilização de satélites) ofereceu ao mundo atual uma multiplicidade de novos meios de difusão de informações, idéias, conhecimentos e valores, notadamente nas formas de linguagem midiáticas que, quase em tempo real, mostram imagens e informações escritas e faladas com tremendo alcance espacial e social.

Mas, certamente, a grande característica de nosso tempo é a rapidez com que se difunde o novo (ou apenas as novidades). Aliada a uma multiplicação sem precedentes dos tipos de linguagens disponíveis para a sociedade contemporânea, a rapidez do novo amplia de maneira assustadora a convivência hiperlativa com um fenômeno que já se anunciava temerário na era de Gutenberg - a “domesticação da abundância” (novamente Chartier), diagnosticada pelo imenso número de obras, autores e livros que passaram a ser publicados em escala industrial.

A produção editorial brasileira já incorporou tecnologia suficiente para fazer frente a esta “nova abundância” e, embora particularmente focada nos interesses empresariais e de mercado, não há como fugir da realidade apontada mundialmente pelos historiadores e analistas do livro e da leitura: o mundo de hoje detém de maneira irreversível novas formas de difusão do conhecimento, da informação e do entretenimento mesmo quando tratamos do suporte tradicional até aqui chamado livro.

No âmbito acadêmico, em seu sentido restrito, e no âmbito intelectual, no sentido mais amplo desse termo, a multiplicação de revistas científicas eletrônicas foi, sem dúvida, o fato que mais diretamente expressou esse conjunto de mudanças.

A polêmica instaurada pelos áulicos do catastrofismo nos anos 90 do século passado, e que ainda possui adeptos, previa o desaparecimento do livro impresso em papel e a deterioração das habilidades da leitura em curto espaço de tempo. O futuro do livro tornou-se incerto e, junto a este prognóstico sombrio aventou-se, mais recentemente, a futura extinção da profissão de editor, à medida que o avanço

tecnológico transformasse cada autor em editor. A perspectiva de uma Babel de letras se colocava no horizonte.

Creio que hoje podemos afirmar que já começamos a ultrapassar a fase do entusiasmo do marketing das grandes corporações de informática. No vértice dos debates sobre o futuro do livro e das novas tecnologias, desponta, emblemática e permanente, a idéia definidora de **conteúdo**, entendido como a necessidade metódica de buscar a qualidade dos textos que serão oferecidos aos leitores contemporâneos e futuros, independentemente se são livros científicos ou de simples lazer e entretenimento.

Ao considerar o impacto tecnológico dos tempos atuais e, ao mesmo tempo, redimensionar o debate, aponta-se, principalmente no livro acadêmico, fruto da reflexão científica, para aquilo que sempre foi e sempre será o determinante do conhecimento a ser transmitido: a **qualidade do conteúdo**. Essa qualidade é determinada, no mínimo, por algumas dessas características: originalidade da pesquisa, contribuição teórica única e inovadora, inovação tecnológica e instauração de uma metodologia original.

Num mundo do conhecimento e da informação, permeado pela convivência nem sempre amigável entre o texto impresso e o virtual, o problema mais grave que a editora enfrenta é de **como avaliar e gerenciar conteúdos**. Esta atitude será central na determinação das relações que autores e editores devem ter na universidade.

Como lidar, na prática cotidiana, com a avaliação dos livros produzidos pelos pesquisadores universitários? Como responder, igualmente, à crescente demanda por publicações dos nossos docentes pressionados pela necessidade de editar seus trabalhos?

Na visão de minha Universidade, a UNESP, concebemos uma Editora Universitária que vive essencialmente pela avaliação de conteúdos produzidos ou não pela própria UNESP. A relação que ela estabelece com os autores, professores e pesquisadores da comunidade acadêmica é de permanente avaliação da qualidade intelectual dos trabalhos apresentados à edição. A Editora não tem a missão de publicar a qualquer custo o que se produz na pesquisa da UNESP mas, seguramente, tem a função de publicar o que a Universidade produz de melhor, na ótica de avaliação de seus consultores externos ao nosso corpo docente e também de um Conselho Editorial múltiplo e de alta formação científica. Porém, como qualquer outra editora acadêmica que leva seu ofício com seriedade, não estabelecemos esses critérios com o objetivo de cumprir requisitos das agências financiadoras, mas de criar um catálogo que seja rigorosamente universitário,

pluralista, que contribua para a ciência e para a compreensão dos fenômenos (sociais, políticos, econômicos, naturais etc) do mundo contemporâneo.

Com a ênfase na qualidade para publicar, e assim “domesticar a abundância”, cumprimos cotidianamente a função de **editar**, não apenas **imprimir** trabalhos de pesquisa que chegam abundantemente à Editora. Uma editora com critérios de qualidade, com abertura para tornar esses critérios públicos e abertos a qualquer exame externos àquela universidade, são, em última instância, certificadoras de qualidade de trabalhos academicamente inovadores. É evidente que deve haver um perfeito entendimento entre a editora, os dirigentes da universidade e o corpo de professores e investigadores para que esse pacto seja respeitado. Rompido uma única vez, o critério não resiste às pressões apontadas por Waters ou por outras pressões ainda mais indignas de uma universidade.

Há, no entanto, um obstáculo nessas reflexões e na prática delas. Convivemos na edição tradicional com a imposição dos custos de preparação de originais, a necessidade da existência de um número mínimo de compradores e de uma determinada capacidade operacional envolvendo todas as fases de uma edição clássica em suporte de papel. Sem finalidade de lucro, a editora acadêmica no Brasil necessita, no entanto, manter-se na maior parte dos seus custos. Essa necessidade impõe determinadas atitudes. Entre duas propostas de publicação do mesmo nível de qualidade acadêmica, optamos sempre em publicar aquela que entendemos terá um número maior de leitores potenciais, portanto, com maior valor comercial. Mesmo sendo uma editora acadêmica, não conseguimos suportar o custo de um texto em livro tradicional apenas pelo critério de mérito, e então nos submetemos às regras de mercado para decidir sobre um número “x” de publicações anuais que nos garantem um aporte financeiro suficiente para continuarmos publicando. Esta prática, que não é apenas nossa, não seria um problema se para aquele texto recusado, não por suas qualidades acadêmicas, mas por sua pequena possibilidade de vendas, fosse destinado um lugar de reconhecimento e de divulgação adequados.

Considerando essas reflexões, as próximas perguntas que se impõem, ao avaliarmos o futuro do livro na universidade são as seguintes: **o critério de qualidade pressupõe também uma demanda comercial? A universidade deve obrigatoriamente editar em método tradicional todos os trabalhos considerados de qualidade, independente do custo e do número de leitores que se interessam em comprar aquela pesquisa?** Penso que não, e que se nos mantivermos rigidamente com as regras atuais, poderemos entrar definitivamente em um mundo equivocado na edição e na avaliação dos livros, que esquece, inclusive, das conquistas tecnológicas no mundo editorial que abordamos no início deste texto.

Partindo do princípio de que é a qualidade que determina a publicação ou não de um trabalho científico, e que temos soluções avançadas no mundo contemporâneo para contemplar as várias demandas dos autores, entendo que **as Editoras que se dispuserem a ter seus critérios de avaliação tornados públicos e examinados por instituições externas àquela instituição, poderiam vir a ser *certificadoras de qualidade do conteúdo editado***, independentemente do suporte no qual o texto é publicado. Essa confiança intelectual e moral nos critérios empregados para publicação por uma editora, poderiam ser reconhecidos pelas agências de fomento, até porque serão critérios identificados com o mundo acadêmico e científico.

Buscamos hoje no Brasil a **ampliação do conceito do que é livro ou publicação acadêmica** e estamos fazendo isso junto aos nossos autores e às agências de fomento à pesquisa. Consideramos, principalmente, **os novos suportes eletrônicos** para se fazer divulgação científica, todos mais suportáveis economicamente.

Esta abertura justifica-se, além das já apresentadas por, pelo menos, mais três fatores:

- Num mundo globalizado, a adoção de formas de difusão e comunicação variadas e abrangentes insere diferentes atores sociais na arena mais ampla dos acontecimentos e do debate. Se os novos sistemas técnico-científico-informacionais foram pensados e estruturados pelos atores hegemônicos de potências econômicas multinacionais, não é demais lembrar que estes mesmos sistemas podem e estão sendo apropriados por diferentes outros atores (movimentos sociais, organizações não-governamentais, governos de países que ocupam posição dependente neste sistema-mundo etc).
- As novas tecnologias são mais ágeis e, depois dos investimentos iniciais mais pesados para a aquisição de infraestruturas e equipamentos, oferecem custos mais baixos para a difusão de informações e conhecimentos, tornando possível, ao mesmo tempo, uma distribuição mais ampla espacialmente e mais rápida daquilo que se pretende difundir.
- Num país capitalista, industrializado, mas de economia dependente como o Brasil, em que os investimentos em ciência e tecnologia têm sido mais tímidos do que os realizados por outros países que ocupam a mesma posição, é preciso adotar medidas para compensar as diferenças e recuperar as perdas ocorridas nas últimas décadas. A adoção de novas tecnologias, se pensadas de forma conseqüente, podem favorecer a ampliação das oportunidades de

acesso ao conhecimento àqueles segmentos de menor poder aquisitivo e com grau bastante precário de inclusão social.

Uma tomada de posição diante desses fatos novos e desafios deveria implicar uma valorização de todas as formas de difusão de idéias e conhecimento, ainda que a qualidade dos conteúdos difundidos deva ser o central em nossas iniciativas.

Transparência nos critérios, manejo adequado dos conteúdos, generosidade e compreensão em relação às novas plataformas da escrita, forte aparato de avaliação ditada pelos conteúdos certificados com regras publicamente expostas, estes deveriam ser os critérios essenciais para o futuro do livro e do **resgate do ofício do editor que é sua fundamental relação com os autores**. Pelo menos se quisermos continuar a ser universitários, produtores e divulgadores de livros úteis à ciência e à vida.